A CONSTRUÇÃO POLÊMICA DE TEXTOS JORNALÍSTICOS METALINGUÍSTICOS

Paulo Henrique COSSARI (UEL – G)

ABSTRACT: *based on the French AD theory, we'll try to explain how the internal parts of the journalistic meta-linguistic discourse work in order to understand how the media institutions criticize themselves. Also, we intend to make clear the ideological forces that causes the attack or defense to some discourses.*

KYEWORDS: *journalism; polemic; metalanguage.*

0. Introdução

A análise do interdiscurso de uma matéria jornalística pode esclarecer para o analista do discurso muitas características do fazer enunciativo que, muitas vezes, provêm do inconsciente. Como exemplo temos as marcas de preconceito racial ou religioso. Essas marcas se tornam evidentes quando a mídia fala de si mesma, em ocasiões que os elogios e, com maior freqüência, as críticas estão presentes.

Analisando-se textos jornalísticos da grande imprensa, especificamente dos veículos que tratam de assuntos da própria mídia, é possível perceber que quando a mídia critica a si própria pode concordar ou pode polemizar, o que é próprio da atividade discursiva em geral. Quando um veículo de comunicação comenta a atuação do outro ele pode aderir aos posicionamentos deste e apoiar o propósito divulgado ou discordar de forma polêmica. Contudo, vale ressaltar que mesmo apoiando, o sujeito enunciador deixa marcas de sua polêmica, seja através de ironia, seja com o acréscimo de um novo argumento.

Diante dessas circunstâncias, o jornalista opta por tecer elogios, integrando-se à idéia, ou posiciona-se criticamente em relação à atitude do sujeito enunciador de um discurso de mesmo gênero, tentando provar ser adequada sua discordância. A própria definição de metalinguagem feita por Samira Chalhub (1998)[1] explica que "meta" significa o mesmo que "reflexão, uma crítica sobre" que, em nosso caso, constitui uma avaliação em relação ao primeiro discurso publicado. Portanto, mesmo que aparentemente de acordo, o discurso jornalístico metalingüístico é fundamentalmente crítico e reflexivo.

A ética jornalística preceitua a imparcialidade como item prioritário a ser perseguido por todos os jornalistas, mas é óbvio que a imparcialidade total não passa de uma utopia, além do que não são todos os veículos de comunicação que, de fato, a almejam. Basta lembrarmo-nos de que a escolha de uma foto para publicação em detrimento de outra já representa uma escolha parcial, um posicionamento. O mesmo ocorre com relação à construção do lide - o resumo do acontecimento com as informações mais importantes, que geralmente corresponde ao primeiro parágrafo da notícia. Ainda, somente o fato de determinar o meio de transmissão, no caso do jornal e da revista, o meio impresso, já há uma parcialidade na escolha do público leitor, na forma de transmitir, pois as classes mais baixas da sociedade não têm condições financeiras para adquirir o exemplar.

Embora o prejuízo da imparcialidade aconteça sempre, em geral, não chega a constituir um empecilho para a compreensão do leitor, nem representa uma manipulação direta e de grande efeito persuasivo. Mas, em alguns casos, ao tomar partido, o jornalista prejudica a informação principal. Como mostra Perseu Abramo (2003)[2] em seu livro "Padrões de Manipulação da grande imprensa", durante o governo Fernando Henrique Cardoso, não era difícil encontrar dois periódicos falando do mesmo assunto, mas que se transformavam em notícias de diferente teor. Enquanto o primeiro apresentava o ato do presidente como benéfico à população, o outro dizia o contrário. Ainda que ambos reproduzissem as mesmas declarações das mesmas fontes, reservavam tratamento diferente ao transformá-las em notícia.

Não se pode, no entanto, esquecer que as empresas jornalísticas são também empresas do sistema capitalista que visam ao lucro. Por isso, sua administração, na maioria das vezes, é direcionada por

---

[1] CHALHUB, Samira. *A Metalinguagem.* São Paulo: Ática, 1998.

[2] ABRAMO, Perseu. *Padrões de manipulação na grande imprensa*. São Paulo: Ed. Fundação Perseu Abramo, 2003.

diferentes formas de interesses políticos, econômicos, sociais ou culturais. Em função disso, a imparcialidade da empresa jornalística sofre oscilações, desde o momento em que a redação escreve uma manchete, por isso é preciso admitir a imparcialidade como uma utopia. O ideal e menos nocivo aos leitores e à opinião pública, de todo modo, é que a notícia apresente o máximo de imparcialidade, seria melhor dizer de outra forma que possibilite a mesma compreensão, o mínimo de parcialidade. O que é difícil de se pensar se considerarmos que, a simples localização da matéria na diagramação do jornal já pode definir qual visão e importância ele quer transmitir para o leitor. O mesmo se passa quando enfoca as informações mais importantes do fato no título ou na linha fina da matéria.

Este trabalho é resultado das pesquisas, estudos e discussões realizados no projeto de pesquisa "A construção da diferença pelo discurso: procedimentos enunciativos de exclusão" que se realiza na Universidade Estadual de Londrina - UEL. Deste projeto participam graduandos, mestrandos e doutorandos que são orientados pelo professor doutor Luiz Carlos Fernandes. A base teórica da Análise do Discurso de linha francesa também foi lecionada pelo mesmo professor doutor, e constitui a fundamentação teórica para este trabalho.

1. A metalinguagem

A "função metalingüística", segundo Rey-Debove, "é uma auto-regulação das formas de expressão e da comunicação de uma língua. Esta situação semiótica é particular à linguagem natural, entre os sistemas significantes" (1978:1)[3].

Essas "repetições", "paráfrases", "enunciados parentéticos" e "metaenunciações" são estudadas tanto pela análise da conversação (um ramo da pragmática), quanto pela Análise do Discurso (AD). Poderíamos dizer que estas repetições são enunciados onde se interrompe um suposto fio homogêneo do discurso e se faz um comentário sobre o enunciado do próprio texto, ou sobre os elementos dele. Essas ocorrências são uma ocasião para testar a pragmática e a AD, que são teorias concorrentes.

Assim, para a pragmática, o metadiscurso é destinado a corrigir a trajetória do discurso, adequando-o às intenções do locutor e aproximando o enunciador de seu enunciatário. Para a AD, que contesta a unicidade do sujeito, mais especificamente pelo viés da psicanálise, o metadiscurso é uma derrapagem verbal que produz sentido. Ele definitivamente não é um dispositivo para retificar as falhas na comunicação, mas um sintoma e deve ser apreendido através deste estatuto (Maingueneau, 1987:94)[4].

É neste cenário que se situa o estudo da reflexividade opacificante da modalidade autonímica. Primeiramente, ela é considerada no plano da língua, "sob o ângulo dos tipos de formas pelas quais se realiza, as linearidades do fio de um dizer sobre as coisas, esse 'retorno' metaenunciativo que se volta sobre as palavras desse dizer". Prosseguindo com a explicação de modalização autonímica, Althier-Révuz afirma que se realiza sob o ângulo dos tipos de representação da interlocução, do discurso, da língua, da nomeação, do sentido, cuja enunciação esse retorno acompanha representação, cuja função na economia enunciativa em geral "é considerada, em sua dimensão imaginária, em relação com o real, irrepresentável por si mesmo, da enunciação" (Althier-Révuz, 1998:17-18)[5].

1.1 O texto jornalístico metalingüístico na imprensa brasileira

A *Folha de S. Paulo* é hoje o único jornal brasileiro que tem ombudsman em sua redação. Outros jornais também tinham este profissional atuando até há pouco tempo, mas agora eliminaram essa função. Não é possível definir as causas pelas quais os outros veículos de comunicação excluíram esse quadro do seu expediente, mas é possível imaginar. A presença do ombudsman dá credibilidade ao veículo de comunicação, porém constitui atividade profissional que não tem muito significado dentro da empresa jornalística atual, a qual, como qualquer outra empresa, está inserida no sistema capitalista e, portanto, atrelada aos interesses econômicos, políticos, sociais e culturais daí decorrentes.

---

[3] REY-DEBOVE, J. Le métalangage: étude linguistique du discours sur de langage. Paris: Le Robert, 1978.
[4] MAINGUENEAU, Dominique. *Nouvelles tendances en analyse du discours*. Paris, Hachette: 1987.
[5] ALTHIER-REVUZ. *Palavras incertas*. Campinas: Editora da Unicamp, 1998.

Apesar da função do ombudsman gerar credibilidade à medida que reproduz o ponto de vista e a voz do leitor no próprio veículo, infelizmente, não é o que vem acontecendo. O ombudsman seleciona os textos a serem publicados, já que não há espaço para se publicar tudo o que é enviado pelos leitores e, portanto, tem condições de escolher os assuntos que deseja discutir a cada edição. Também é possível perceber que a tendência do ombudsman da *Folha* é a de defender os interesses da empresa em prejuízo dos do leitor, demonstrando estar posicionado do lado da instituição a que pertence, em vez de cumprir a função para a qual foi contratado. Esse discurso de defesa da empresa evidencia-se, por exemplo, na edição de 11 de abril de 2004 do jornal, quando Beraba afirma que o desafio da *Folha* é superar a crise e manter a credibilidade que, segundo ele, é o seu principal patrimônio. Ainda, fala sobre o tamanho da crise na imprensa, ressaltando ser necessário "acompanhar o pedido de socorro das empresas jornalísticas ao governo federal" e conclui se propondo a colaborar: "espero ajudá-la a sair melhor e mais forte".

Inicialmente, é preciso recuperar a seguinte definição da própria *Folha de S. Paulo* (edição de domingo, 11 de abril de 2004 – página A6*)* sobre o papel desse profissional: "O ombudsman tem mandato de um ano, renovável por mais dois. Não pode ser demitido durante o exercício da função e tem estabilidade por seis meses após deixá-la. Suas atribuições são criticar o jornal sob a perspectiva dos leitores, recebendo e verificando suas reclamações, e comentar, aos domingos, o noticiário dos meios de comunicação".

Nos limitamos a falar inicialmente da *Folha de S. Paulo* porque o papel do Ombudsman é o principal expoente da metalinguagem no jornalismo. Porém, devemos estender este entendimento para todos os veículos de comunicação considerados neste trabalho.

A revista *Carta Capital* publica muitos textos sobre a imprensa, bem como a *Caros Amigos*. Essas revistas são tidas como as "menos parciais" que estão em circulação atualmente. Isso se deve às abordagens e às temáticas das matérias que publicam e também ao público a que se destinam. A Carta Capital tem uma classe restrita e específica de leitores, afirmamos aqui sem uma pesquisa exata do perfil do leitor, pois é perceptível que o público dela é constituído, em sua maioria, de profissionais da área de ciências humanas, mais especificamente de comunicação. Não são, por exemplo, os mesmos leitores das revistas *Veja* ou *Isto é*, ou melhor, pode até ser que os leitores da *Carta Capital* e *Caros Amigos* sejam uma seleção, ou pequena parte, dos leitores das revistas de grande circulação.

O público leitor de *Caros Amigos* é composto em sua maioria por universitários, devido às temáticas abordadas pela revista e também pela ilusão de imparcialidade que esta transmite, já que julgamos a imparcialidade impossível de se alcançar.

2. Fundamentação teórica

Para se começar a falar de estudo da linguagem não tem como deixar de referenciar a concepção dicotômica de Saussure entre a língua e a fala, porém, na seqüência, a fala foi excluída do campo dos estudos lingüísticos. Ainda, devemos considerar a diferença entre enunciado e enunciação para compreender que a matéria lingüística é apenas parte do enunciado, que se constitui ainda de uma parte não-verbal, o contexto da enunciação. Bakhtin, aliás, não só coloca o enunciado como objeto dos estudos de linguagem como dá à situação de enunciação o papel de componente fundamental e indispensável para a compreensão e explicação da estrutura semântica de qualquer ato de comunicação verbal.

Foucault define discurso como um conjunto, ou uma família, de enunciados que tem seus princípios de regularidade em uma mesma formação discursiva. Foucault concebe os discursos como uma dispersão, ou seja, como sendo constituídos por elementos que não estão ligados a nenhum princípio de unidade *(*Foucault, *1997:43)*[6]. Cabe à análise do discurso descrever essa dispersão, buscando o estabelecimento de regras capazes de reger a formação dos discursos. Estes elementos que compõem o discurso são os objetos, os tipos de enunciação, os conceitos e os temas e teorias.

3.1 A heterogeneidade

[6] FOUCAULT, Michel. *A arqueologia do saber*. – 5ª. ed. - Rio de janeiro: Forense Universitária, 1997.

A heterogeneidade no discurso toma conhecimento de um funcionamento que representa uma relação do "interior" com seu "exterior". Maingueneau (1993: 75)[7] explica que "as formações discursivas não possuem duas dimensões – por um lado, sua relação com elas mesmas, por outro, sua relação com o exterior – mas é preciso pensar, desde o início, a identidade como uma maneira de organizar a relação com o que se imagina, indevidamente, exterior".

Há dois tipos, se é que podemos assim dizer, de heterogeneidade: a marcada e a constitutiva. A heterogeneidade marcada, ou mostrada, é a forma mais evidente no texto. Os exemplos são as citações de discurso de forma direta, utilizando travessão ou aspas, ou de maneira indireta, a negação, a pressuposição, a parafrasagem, a ironia, as palavras entre aspas e outras formas evidentes. Já a heterogeneidade constitutiva não é tão evidente no discurso.

Esse relacionamento do interior com o exterior do discurso nos remete a outro termo, a polifonia. Segundo o mesmo Maingueneau (1993:76)[8], há polifonia quando é possível distinguir em uma enunciação dois tipos de personagens, os enunciadores e os locutores. Os enunciadores são seres cujas vozes estão presentes na enunciação; efetivamente eles não falam, mas a enunciação permite expressar seu ponto de vista. Já o locutor, pode pôr em cena, em seu próprio enunciado, posições diferentes da sua. Ele atua como um porta-voz.

Para esclarecer melhor a polifonia, Maingueneau explica as várias vozes presentes num discurso e a originalidade do discurso, pois este último não é único e irrepetível, pois um discurso discursa outros discursos. Nessa medida o discurso é social. Devemos entender, então, que se um discurso mantém relação com outro, ele é um lugar de trocas enunciativas, onde a história pode inscrever-se e não um sistema fechado sobre si mesmo.

Retomando a heterogeneidade constitutiva, todo discurso define sua identidade em relação ao outro. Isso significa que o discurso apresenta uma heterogeneidade constitutiva - Maingueneau (1987:81-93), isto é,

> *"Mesmo na ausência de qualquer marca de heterogeneidade mostrada, toda unidade de sentido, de qualquer tipo que seja, pode ser inscrita numa relação essencial com uma outra, a do ou dos discursos em relação às quais o discurso de que ela depende define sua identidade. Com efeito, desde que as articulações são instituídas nessa relação interdiscursiva, toda unidade que se desenvolver de conformidade com ela sachar-se-á ipso facto na mesma situação. Um enunciado de uma formação discursiva pode então ser lido pelo "direito" e pelo "avesso": num lado ele significa sua pertença e seu próprio discurso, no outro ele marca a diferença constitutiva que o separa de um ou vários outros discursos."* Maingueneau (1987, p. 88).[9]

Além da polifonia há muitas outras marcas da heterogeneidade, como a pressuposição, a negação, o discurso relatado direto, o discurso indireto, a ironia, as palavras entre aspas, entre outras. Cada uma dessas marcas indica a heterogeneidade no discurso.

Todas as outras marcas citadas acima são encontradas no texto jornalístico metalingüístico. Primeiramente, por questões de estratégias de enunciação. Por exemplo, a citação direta mobiliza uma voz exterior ao discurso e exime o "locutor" do discurso de qualquer responsabilidade pelo conteúdo enunciado, uma vez que este é proferido por uma pessoa identificada no texto e esta inclusão é feita com o uso de aspas, travessão ou mesmo pelo discurso indireto. As citações de outros discursos também permitem ao locutor desse novo discurso polemizar, negar ou ironizar.

A ironia é também uma das formas da heterogeneidade. Um enunciado irônico faz ouvir uma voz diferente da do locutor, a voz de um "enunciador" que expressa um ponto de vista insustentável. O "locutor" assume as palavras, mas não o ponto de vista que elas representam. "A análise semântica será diferente conforme o enunciado seja considerado irônico ou não. Interpretado como sinceramente admirativo, ele será unicamente atribuído ao 'locutor'; se, ao contrário, for irônico, o locutor fará ouvir a voz de um

---

[7] MAINGUENEAU, Dominique. *Novas tendências em análise do discurso*. Campinas: Pontes, 2.ed., 1993.
[8] MAINGUENEAU, D. Op. cit.
[9] MAINGUENEAU, D. Op. cit.

‘enunciador’ que defende a idéia absurda de que a decisão dos casuístas coincide com a caridade cristã” (Maingueneau, 1993: 78)[10].

Seguindo a explicação sobre ironia, Brait esclarece os solilóquios, a auto-ironia e o solilóquio auto-irônico.

> *“A ironia verbal, por sua vez, implica um trio actancial: o locutor (A1) que dirige um certo discurso irônico para um certo receptor (A2), para caçoar de um terceiro (A3) que é o alvo da ironia. Ela acrescenta também, já detalhando o funcionamento da ironia verbal, que os três actantes envolvidos podem coincidir no todo ou em parte, dependendo do tipo de discurso em que aparecem. No caso de um solilóquio irônico há a coincidência entre A1 e A2, no caso de uma auto-ironia há a coincidência entre A1 e A3. Há ainda a possibilidade de o receptor ser tomado como alvo, o que implica uma coincidência entre A2 e A3 ou, ainda, um caso de solilóquio auto-irônico em que coincidem A1/A2/A3.”*(Brait, 1996: 62)[11].

Jamais se deve perder de vista que a ironia é um gesto dirigido a um destinatário, não uma atividade desinteressada. A maioria dos analistas prefere vê-la como um gesto agressivo, outros a vêem como uma atitude neutra ou até mesmo defensiva. Pensamos ter esclarecido, assim, algumas formas da heterogeneidade marcada e constitutiva. A primeira é mais evidente e perceptível a olho nu; já na segunda tem que estar claro um contrato entre enunciador e enunciatário para se perceber.

3.2 As condições de produção

A produção dos discursos envolve certas condições de produção e a mobilização de elementos indispensáveis para esta produção, a saber, um locutor, um alocutário, um referente, uma forma de dizer e o contexto onde esta produção acontece, seja ele o das circunstâncias imediatas da enunciação ou o contexto histórico-social.

Pêcheux é quem tenta definir empiricamente, pela primeira vez, a noção de “condição de produção” (CP) e sua contribuição é no sentido de considerar não apenas “organismos humanos individuais”, mas lugares determinados na estrutura de uma formação social, lugares cujo feixe de traços objetivos característicos pode ser descrito pela sociologia.

Em concordância com Pêcheux, Cardoso (1999:39)[12] esclarece que “as ‘condições de produção do discurso’ não devem ser entendidas apenas como sendo a situação empírica do discurso que está em jogo, mas como sua representação no imaginário histórico-social”.

As condições de produção de um discurso são as circunstâncias de um discurso ou o exterior específico deste discurso. Porém, não devemos limitar somente às circunstâncias do discurso, mas relacionar a todo o contexto histórico-social e também pelo contexto da própria enunciação. Considerando, assim, o lugar e a posição do enunciador, do enunciatário, o referente e as estratégias adotadas para dizê-lo em determinada língua, as determinações e os constrangimentos que este enunciador sofre ao enunciar (considerando o contexto histórico-social, a ideologia), que geram um sistema de restrições e afetam as escolhas temáticas, as modalidades enunciativas e determina os próprios objetos e, por fim, as circunstâncias imediatas (da enunciação), que são o aqui e o agora do ato do discurso.

Segundo Pêcheux (1997)[13], o sujeito não é livre para dizer o que quer, pois a própria opção de dizer já é determinada pelo lugar que ocupa no interior da formação ideológica a que se submete, mas as imagens que o sujeito estabelece ao enunciar só se constituem no próprio processo discursivo.

Vamos aqui tentar caracterizar as condições de produção do discurso metalingüístico dos veículos envolvidos, isto é, de seus discursos críticos e reflexivos sobre a própria mídia. Sabendo que o discurso não é um ato individual, não é possível considerar o jornal *Folha de S. Paulo,* ou os outros meios de

---

[10] MAINGUENEAU, D. Op. cit.
[11] BRAIT, Beth. *Ironia em perspectiva polifônica*. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1996.
[12] CARDOSO, S. B. *Discurso e ensino*. Belo Horizonte: Atlântica Ed., 1999.
[13] PÊCHEUX, Michel. *Semântica e discurso*: *uma crítica à afirmação do óbvio*. Campinas: Unicamp, 1997.

comunicação que analisaremos neste trabalho, como parte isolada de uma organização, mas como um meio de comunicação vinculado às relações histórico-sociais e a uma determinada formação ideológica. Como todas as outras empresas do sistema capitalista, os veículos de comunicação também visam ao lucro e adotam estratégias e políticas administrativas para alcançá-lo. No Brasil, falamos agora dos grandes meios de comunicação de massa, a maior parte do faturamento das empresas jornalísticas provém dos anunciantes. Exceções a este caso eram os jornalões populares, como o extinto *Notícias Populares*, que tinha aproximadamente 80% do faturamento originado nas vendas de exemplares e uma mínima dependência, de 20%, dos seus anunciantes. Grosso modo e sem uma pesquisa mais detalhada, faremos aqui uma afirmação do que parece evidente: o *Notícias Populares* tinha um comprometimento muito maior com o seu leitor, que era responsável pela quase totalidade do faturamento do jornal, do que com o comprador de espaço para os anúncios. Certamente, em um veículo com estas características a veracidade dos fatos é fator fundamental, já que o leitor compra o jornal acreditando que a verdade está ali retratada. Este é o cenário onde a mídia fala dela mesma, onde acontece a metalinguagem no jornalismo, onde há, por trás do discurso, um interesse comercial ou uma concorrência entre os veículos de comunicação.

3. Análise

A *Carta Capital* é uma revista julgada pelos leitores como pouco parcial e tem um público com um perfil diferente das revistas de grande circulação. Os leitores da *Carta Capital* são, geralmente, profissionais da área de humanas, principalmente de comunicação.

A seguir vamos propor uma análise de um texto publicado na revista *Carta Capital* que também tem uma construção polêmica:

> "*Censura II*
> *Um documentário retido na gaveta*
> *TV Cultura anuncia programa sobre os 20 anos das Diretas, mas cancela a exibição sem explicar*
> *No apagar das luzes de sua gestão de nove anos à frente da Fundação Padre Anchieta, Jorge da Cunha Lima foi atropelado por um insólito episódio de censura política. Ironicamente, foi censurado um documentário do qual ele é um dos participantes. Mais ironicamente ainda, o tema do documentário é a campanha das Diretas Já, que há 20 anos foi o maior movimento popular da história do Brasil.*
> *A TV Cultura anunciou, mas não exibiu no sábado 17 de abril, o documentário Diretas Já! 20 Anos – As histórias que ninguém contou em 1984, co-produzido pelo Núcleo de Documentários da emissora.*
> ***Apesar de se intitular pública,** não informou ao prezado público os motivos do cancelamento. Daí a conclusão de que os motivos seriam inconfessáveis, beirando o ridículo e o inacreditável. Seria esquisito informara todos que a exibição foi cancelada por decisão de uma só pessoa, convencida de que não faria bem à casa a veiculação de certas declarações contidas no produto – muitas delas formuladas pelo próprio Jorge da Cunha Lima.*
> ***O documentário apresenta,** além de Cunha Lima, depoimentos de Dante de Oliveira, Aécio Neves, Fafá de Belém, Osmar Santos, Mino Carta, Eugenio Montoro, Michel Temer, Mario Covas Neto, Marcello Nitsche,Edwaldo Pacote, José Aníbal, que até agora não receberam nenhum esclarecimento.*
> *Segundo fontes bem situadas, a censura teria sido provocada por críticas à TV Globo, ao PT e ao próprio PMDB e justificada, internamente, pelo clima tenso, resultante da disputa em torno da presidência da Fundação, que chegou a bom termo, com acordo em que Jorge Cunha permanece detendo uma parcela do poder e assume a presidência Marcos Mendonça, na segunda-feira 10. Espera-se que o novo presidente, ao assumir o cargo, livre a TV Cultura de censores que sobreviveram às Diretas Já."*
>
> (Carta Capital Ano X nº289 de 05 de maio de 2004)

Várias marcas no texto caracterizam uma construção polêmica, iniciando com o chapéu da matéria "Censura II". A palavra censura tem um significado bastante carregado e é empregada, neste caso,

para informar que o documentário de Jorge da Cunha Lima foi censurado e ficou retido na gaveta, como afirma o título da matéria: "um documentário retido na gaveta".

A maior explicitação da polêmica neste texto está na escolha lexical do enunciador. Algumas palavras empregadas têm um significado extremo, diria até além do que se seria necessário expressar. No início do texto se afirma que Cunha foi "atropelado" por um "insólito episódio de censura política". O efeito de sentido do verbo atropelar é bastante exagerado para se empregar em uma frase como a em questão, pois este mobiliza a idéia de tragédia, de acidente, de ferimento. A palavra "insólito" tem um tom de ironia neste comentário, onde qualifica o episódio de censura como extraordinário.

Na seqüência, o enunciador utiliza o advérbio modal "ironicamente" duas vezes, sendo a segunda acompanhada de "mais", "mais ironicamente". Aqui o enunciador fala sobre ironia, ironizando o ato de censura ao documentário.

O enunciador chega a estabelecer uma hipótese, onde formula algumas possíveis questões que teriam impedido a veiculação do documentário na emissora que "se intitula pública" – este verbo "intitular" precedido do "se" também a ironia expressa pelo sujeito enunciador. Dentro dessa hipótese, também se destaca o léxico empregado: os motivos seriam "inconfessáveis, beirando o ridículo e o inacreditável".

Os adjetivos empregados para o motivo hipotético são bastante polêmicos, uma vez que tem um efeito de sentido muito carregado. Poderíamos definir aqui como um exagero na escolha lexical.

Os envolvidos no documentário são citados um a um no parágrafo seguinte. A citação é acompanhada da informação de que até o momento de publicação da revista Carta Capital, nenhum entrevistado havia recebido um esclarecimento da emissora de televisão. Analisando-se as condições de produção deste discurso, é provável que a revista tenha contatado todos os entrevistados para afirmar que nenhum recebeu esclarecimento.

O sujeito enunciador diz que a censura teria sido provocada por críticas à TV Globo e aos partidos políticos PT e PMDB e complementa que esta informação teria sido fornecida por "fontes bem situadas". O que seriam fontes bem situadas? Aquelas que ficam à beira-mar? Bem, continuemos sem ironizar. A denominação para estas fontes é muito vaga e não transmite credibilidade ao leitor.

No último parágrafo o sujeito enunciador indetermina o verbo esperar e coloca suas expectativas em relação ao novo presidente da Fundação, afirmando que tens esperanças de que o novo presidente assuma o cargo e livre a TV Cultura de censores que sobreviveram às Diretas Já, tema do documentário que teve sua exibição censurada. Também vale ressaltar a utilização do verbo "livrar", de significado bastante forte que transmite a idéia de libertar desprender algo ou alguém que antes estava preso, imobilizado ou incapacitado de agir.

Vamos agora propor a análise de um segundo texto. Este foi extraído da editoria "Toda Mídia" da Folha de S. Paulo da segunda-feira, 25 de outubro de 2004.

> "*Velhas Feridas*
> *O "New York Times" reproduziu uma das fotos do "Correio Braziliense" e afirmou: - Foto recentemente descoberta de Vladimir Herzog mostra o jornalista nu em sua cela.*
> *A reportagem de Larry Rohter foi mais cautelosa, dizendo que as fotos "são descritas" como das últimas horas de Herzog.*
> *O mais significativo, para a reportagem, é que o episódio "reabre velhas feridas no Brasil".*
> *João Luiz Pinaud, presidente da Comissão de Mortos e Desaparecidos Políticos, crítico do próprio governo de que faz parte, surge no jornal para repisar:*
> *- Eu vejo um sentido de urgência em chegar ao fundo disso, mas não sei se eles também.*
> *"Eles" são o resto do governo."*
>
> Folha de S. Paulo, segunda-feira, 25 de outubro de 2004, página A9.

Para tratar das velhas feridas, Nelson de Sá cita três textos curtos sobre acontecimentos da própria imprensa, sendo que um deles é o destacado acima. Analisando-o, sabemos que a ferida em questão é a de Vladimir Herzog e a referência para a construção polêmica é o "The New York Times" publicar um texto citando a foto publicada anteriormente pelo "Correio Braziliense".

Para introduzir o assunto que o *Correio Braziliense* estava tratando, o jornalista da *Folha* usou a heterogeneidade marcada e mostrou o texto mobilizando a voz do próprio jornal, inserindo o assunto com o uso de travessão. Em seguida, Nelson de Sá classifica a reportagem do jornalista do *The New York Times* de

cautelosa por ter afirmado que as fotos "são descritas" pelo *Correio Braziliense* como sendo das últimas horas de Herzog. O jornalista da *Folha de S. Paulo* coloca a expressão "são descritas" entre aspas justamente para mobilizar a voz do *The New York Times* e mostrar que relatou exatamente o que foi publicado pelo jornal.

Nelson de Sá cria aqui também uma situação polêmica, ou seja, de discordância e julgamento. Quando ele qualifica a reportagem do jornal norte americano como cautelosa, enquadra a do *Correio Braziliense* do contrário, subentendendo que ela tenha sido elaborada sem a checagem da informação e sem a tentativa de apenas relatar sem emitir juízo.

O jornalista da *Folha de S. Paulo* afirma em seguida que o mais significativo para a reportagem é que o episódio "reabre velhas feridas no Brasil". Aqui também é mobilizada a voz do jornal, colocando a oração entre aspas e indicando a introdução de um discurso direto, também uma forma de heterogeneidade. É o mesmo que notar que esta voz que enuncia vem de fora do texto.

Nelson de Sá inclui no parágrafo seguinte a voz de João Luiz Pinaud também com o uso de travessão e indicando, portanto, as exatas palavras do presidente da Comissão de Mortos e Desaparecidos Políticos e introduz com o verbo repisar. Este último verbo já explicita o comentário do jornalista a respeito da declaração que vem a seguir, na voz do próprio entrevistado.

A última frase do jornalista da Folha coloca "Eles" entre aspas para indicar que este "Eles" foi tirado da fala do entrevistado e que ele está repetindo somente para esclarecer que se refere ao governo. Usando estas aspas e a heterogeneidade marcada, Nelson de Sá exime qualquer responsabilidade quanto ao enunciado, pois indica através das aspas que foi Pinaud quem se referiu ao governo desta forma, ou melhor, exatamente desta forma.

4. Conclusão

Com as análises apresentadas acima, pode-se perceber a formação da polêmica no discurso metalingüístico, onde a mídia fala de si própria. A expressão do julgamento entre os meios de comunicação é quase sempre polêmica e sempre deixa marcas de sua construção enunciativa para o analista do discurso. Raramente um meio de comunicação publica um texto em apoio a um outro texto publicado por outro veículo de comunicação. No período analisado, não houve textos de aprovação ao discurso inicial. Foram encontrados textos curtos, o que poderíamos chamar de notas jornalísticas, abordando a própria mídia, comuma tentativa de discurso imparcial, porém as marcas deixadas pelo enunciador mostraram que também se tratava de uma formação polêmica, não tão explícita com presença de ironias ou contradições evidentes, mas que pela escolha lexical e construção do discurso transmitiam a polêmica sobre o assunto. Mesmo que sutilmente, um veículo de comunicação sempre deixa transparecer, mesmo que inconscientemente, sua aprovação ou discordância sobre o enunciado do outro. Considerando as condições de produção deste discurso que reflete a metalinguagem no jornalismo, dificilmente um veículo de comunicação vai citar um texto de outro veículo para apoiar completamente o texto inicial. É possível que o discurso metalingüístico apóie a idéia geral, mas polemize algum trecho ou algum acontecimento, já que não haveria razão para, dentro de uma sociedade capitalista e de concorrência entre as empresas jornalísticas que atravessa um período de crise financeira no Brasil, um periódico citar o outro se não for para acrescentar um argumento e polemizar a questão. Uma vez que nem o discurso jornalístico consegue ser completamente imparcial, o discurso jornalístico metalingüístico, menos ainda. Geralmente, nem o tenta, já que sua razão de existir está fundamentada em comentar a atitude do outro e isso nem sempre, o melhor seria dizer, quase nunca, é um discurso que passa desapercebido.

Resumo: com base na AD francesa, tentaremos explicar como funcionam as partes internas do discurso jornalístico metalingüístico para tentar compreender como se constrói a crítica da mídia a ela mesma. Buscaremos, ainda, esclarecer as forças ideológicas que refletem os interesses e motivam o ataque ou a defesa de determinadas posições discursivas.

PALAVRAS-CHAVE: jornalismo; polêmica; metalinguagem.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRAMO, Perseu. *Padrões de manipulação na grande imprensa*. São Paulo: Ed. Fundação Perseu Abramo, 2003.
ALTHIER-REVUZ. *Palavras incertas.* Campinas: Editora da Unicamp, 1998.
BRAIT, Beth. *Ironia em perspectiva polifônica.* Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1996.
CARDOSO, S. B. *Discurso e ensino*. Belo Horizonte: Atlântica Ed., 1999.
CHALHUB, Samira. *A Metalinguagem.* São Paulo: Ática, 1998.
FOUCAULT, Michel. *A arqueologia do saber.* – 5ª. ed. - Rio de janeiro: Forense Universitária, 1997.
MAINGUENEAU, Dominique. *Nouvelles tendances en analyse du discours.* Paris, Hachette: 1987.
_____. *Novas tendências em análise do discurso.* Campinas: Pontes, 2.ed., 1993.
PÊCHEUX, Michel. *Semântica e discurso*: *uma crítica à afirmação do óbvio.* Campinas: Unicamp, 1997.
REY-DEBOVE, J. *Le métalangage: étude linguistique du discours sur de langage.* Paris: Le Robert, 1978.